

Regra de ouro

O regime democrático exige a convivência pacífica de todos os cidadãos no mesmo espaço político. Essa é regra básica, que deve ser entendida por quem deseja participar do processo público de um país civilizado. A existência de um não pode ameaçar a vida do outro. Todos são convidados a ocupar, ao mesmo tempo, o imaginário popular. O povo decide.

Essa é a reflexão que cabe depois dos acontecimentos de Porto Seguro. O Brasil comemora 500 anos. A discussão histórica é pesada. Em primeiro lugar, é preciso saber se Pedro Álvares Cabral descobriu ou achou o Brasil. O verbo é o tamanho da diferença. Achar é menor que descobrir. Mas, de uma forma ou de outra, uma civilização se impôs. Assim como se impôs com Cortez no México, Pizarro, no Peru, ou os pioneiros no nordeste dos Estados Unidos.

Não há processo de colonização sem arbitrariedade. Em toda a América o procedimento foi semelhante. O mesmo fenômeno ocorreu na Austrália e na Nova Zelândia. O colonizador europeu trabalhou de maneira uniforme. Aqui, a Igreja levou mais de um século para revelar que índio tinha alma. Mas fechou os olhos para a escravidão do negro. O processo civilizatório é impositivo. Os países da América constituem o resultado da ação e das políticas do branco explorador em busca de riqueza fácil.

Os vícios originais são muitos, na história do Brasil e na de diversos países. Nos Estados Unidos, por exemplo, a política oficial foi a de

matar os índios. Na Argentina também. Aqui, a dubiedade nacional não aprovou nem uma coisa nem outra. Matou-se, mas o discurso foi o da proteção do silvícola desde o início do século. Esses, porém, são fatos da história. O que os governos têm buscado, no Brasil recente, é o desenvolvimento das políticas efetivas de demarcação de terras indígenas.

O protesto de Porto Seguro foi reivindicação retroativa, manifestação contra a história e contra o descobrimento ou achamento do Brasil pelos portugueses. A esta altura é impossível reencenar os fatos. Melhor conviver com eles. E de maneira civilizada. Protesto é atitude democrática. Todos possuem o direito de gritar quando percebem que seus direitos são violados. A questão é o limite da lei.

Os índios, os negros, os sem-terra têm argumentos para justificar seus protestos. Mas o governo tem a obrigação de dar garantias à população, aos convidados, aos membros do corpo diplomático e aos representantes estrangeiros, inclusive ao presidente de Portugal. O conflito de Porto Seguro é choque entre interpretações da história. Deveria ter permanecido dentro das mais elementares normas da convivência democrática.

O direito de um vai até onde interfere no do próximo. Índios, negros e brancos podem protestar à vontade. E os brasileiros têm o direito de comemorar os 500 anos de seu descobrimento. O que não é razoável é que um grupo tente interferir na ação do outro. A regra de ouro é a convivência pacífica no mesmo espaço político. O mandamento foi violado em Porto Seguro.